

TEXTO CURATORIAL - EXPOSIÇÃO MACRS+D

MACRS +D

A exposição MACRS +D apresenta ao público obras incorporadas ao Acervo do Museu em 2022. O conjunto das 11 obras aqui exibidas é reflexo do delineamento de uma nova política de gestão, a partir da instauração do Comitê de Curadoria e de Acervo do MACRS. A função deste é qualificar os processos de aquisição de obras no acervo, bem como identificar lacunas relativas a ausência de artistas com trajetória consolidada, como Michel Zóximo, mas também a ausência de grupos historicamente excluídos, como mulheres, sujeitos(as) racializados(as) como negros e indígenas, grupos LGBTQIA+ e pessoas com deficiência do contexto de atuação daquilo que entendemos como sistema das artes.

Em um momento de imprescindível revisão dos discursos hegemônicos que sustentam o legado colonial e seus modos de opressão, ainda vigentes, é urgente que museus e equipamentos culturais de produção, difusão e consumo da arte se apropriem desta discussão e problematizem os mecanismos de exclusão presentes em seus espaços. Os gráficos elaborados para esta exposição partem do cruzamento de dados levantados pelo projeto Mulheres nos Acervos (2021) com os indicadores sociais de gênero e raça do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Eles evidenciam uma linha abissal que separa artistas cisgênero e racializados(as) como brancos(as), de uma minoria representada por artistas transgênero, negros(as) e indígenas, refletindo a forma como a desigualdade racial e a transfobia no Brasil se convertem em vantagens para determinados grupos e desvantagens para outros também no campo das artes.

Desta maneira, através desta exposição, o Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul propõe um exercício de autocritica, norteado no desenvolvimento de políticas afirmativas que têm como objetivo diversificar sua estrutura e democratizar seus espaços. Entre artistas negros/as, indígenas e mulheres somam 09 os artistas que passaram a integrar o acervo. Número sobremaneira distante do ideal, mas o museu tem consciência de que há um longo caminho a ser percorrido em direção a um acervo mais diverso, inclusivo e acessível.

Para além da representatividade, as obras aqui exibidas nos incitam também a tecer debates sobre as

representações simbólicas desses mesmos grupos sociais e as relações entre os conceitos de visibilidade e visualidade. Marion Velasco, na obra *Collete* (1988) lança luz sobre o apagamento das mulheres na história da arte ocidental e em feitos históricos, de modo geral, em virtude do sexismo. A obra *Tapuya* (2020), de Denilson Baniwa Kwatá, que integra a série *Aquela Gente que se Transforma em Bicho*, reúne um conjunto de sentidos e significados acerca do perspectivismo ameríndio de matriz cosmológica amazônica, pautada na concepção de que há uma subjetividade compartilhada entre seres humanos, animais, espíritos ou modalidades não-humanas. O artista reitera que a arte indígena é um meio de preservação da memória, e que através dela é possível narrar a história de seu povo em primeira pessoa. Tendo em vista que nos últimos 500 anos as epistemologias ocidentais e, por extensão, a arte branco-brasileira – detentoras do poder discursivo – contribuíram para o epistemicídio das culturas indígenas, é possível afirmar nossa completa ignorância acerca da história, cultura e costumes das aproximadamente 305 etnias brasileiras. A inserção de artistas indígenas no circuito oficial da arte é fundamental para a reversão deste quadro.

Aline Bispo e Emerson Rocha, em suas respectivas produções *Anônima* (2022) e *Atlas* (2022), nos instigam a vislumbrar novas perspectivas para o povo preto, sobretudo sua parcela jovem, ao proporem visualidades que exaltam nossas experiências e nossa estética, desconstruindo estereótipos raciais que historicamente determinam os lugares sociais a serem por nós ocupados. O diálogo estabelecido entre ambas obras procura ressaltar que o conhecimento e a informação são ferramentas de poder capazes de conduzir aqueles que hoje ocupam a base da pirâmide social ao cargo de autoridade máxima em nosso país: o de Presidente da República.

O único caminho possível para instituições de arte que se pretendem democráticas e inclusivas é o da equidade social. Compreender os desequilíbrios de poder que permeiam suas estruturas, privilegiando uns e desfavorecendo outros, é o primeiro passo rumo a uma efetiva democratização de seus espaços. Nesse sentido, é imperativo que todos os agentes que atuam nessas instituições, tanto produtores quanto consumidores, assumam também esse compromisso.

Izis Abreu

Coordenadora do setor de acervo